

PROVA 3 (P3)

QUESTÃO 1 - P3

Discorra, à luz da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, sobre as ações de combate à discriminação contra a mulher na esfera trabalhista, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- objetivo da referida convenção; [valor: 5,00 pontos]
- direitos trabalhistas que devem ser assegurados às mulheres pelos Estados-partes com vistas à eliminação da discriminação; [valor: 8,00 pontos]
- medidas que devem ser tomadas pelos Estados-partes com o intuito de impedir a discriminação contra a mulher por motivo de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito ao trabalho. [valor: 6,00 pontos]

QUESTÃO 2 - P3

Tradicionalmente, os economistas tendem a considerar a determinação de salários no mercado de trabalho de forma similar à determinação de preços em um mercado qualquer, onde as forças de oferta e de demanda desempenham papel central. Nesse contexto, o sindicato é visto como um vendedor monopolista de trabalho regido pelo princípio da maximização, de modo que a união laboral passa a ser interpretada de forma análoga a uma firma que comercializa o seu produto. Contudo, quando se rejeita a determinação dos salários nominais pelas forças de mercado, sob as quais o mercado de trabalho deveria sempre se comportar da mesma forma que todos os demais mercados, abre-se espaço para discutir aspectos relacionados à estrutura institucional do mercado de trabalho e da dinâmica salarial, à heterogeneidade dos agentes participantes do sindicato, ao tamanho dos grupos tomadores de decisão, entre outros aspectos.



Tendo o texto acima como referência inicial, discorra sobre os efeitos macroeconômicos da negociação coletiva sobre o nível de desemprego e a inflação [valor: 9,00 pontos] e indique a razão econômica de o resultado da taxa de desemprego ser menor em países com determinação salarial no âmbito da firma ou no âmbito centralizado que em países com determinação salarial no âmbito da indústria [valor: 10,00 pontos].

QUESTÃO 3 - P3

Considere que determinada lei tenha conferido ao trabalhador urbano o direito ao recebimento de seguro contra acidente de trabalho em percentuais maiores que os previstos para os trabalhadores rurais. Em face dessa situação, discorra sobre o tratamento dado pela Constituição Federal de 1988 aos trabalhadores urbanos e rurais [valor: 10,00 pontos], esclarecendo, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), se há compatibilidade da referida lei com o texto constitucional [valor: 9,00 pontos].

DISSERTAÇÃO - P3

Determinado servidor público requereu à administração pública a conversão de férias vencidas e não gozadas em indenização pecuniária, argumentando que, por motivo de interesse público (necessidade do serviço), a administração não autorizara o exercício do direito. O órgão público indeferiu o pedido de conversão, ressaltando a ausência de autorização legal para o deferimento.

Em face dessa situação hipotética, discorra sobre o direito constitucional do servidor as férias [valor: 8,00 pontos], abordando se é viável a conversão desse direito em pecúnia [valor: 20,00 pontos], com fundamento na legislação de regência e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça [valor: 10,00 pontos].

CONHEÇA O DIREITO DO TRABALHO ESQUEMATIZADO:

www.ricardoresende.com.br/livro



PROVA 4 (P4)

QUESTÃO 1 - P4

Após a realização de detalhado diagnóstico acerca das dificuldades na gestão dos projetos desenvolvidos em determinado órgão público, verificou-se que cada unidade funcional desse órgão adotava uma metodologia diferente para a administração de seus projetos (formulação, execução, acompanhamento e avaliação), o que ocasionava diversos problemas de comunicação e integração de informações necessárias para a sustentação do processo decisório e a produção de relatórios gerenciais, concluindo-se que uma das principais razões para as dificuldades enfrentadas consistia na ausência sistemática de uma metodologia que levasse em consideração um grupo de processos básicos de gerenciamento de projetos, bem como na falta de uma estrutura dedicada ao apoio aos gerentes de projeto.

Com base nessa situação, formule uma proposta de gerenciamento de projetos que, embasada nas melhores práticas do PMBOK®, possa solucionar os problemas apresentados. Ao elaborar o seu texto, atenda ao que se pede a seguir:

- Mencione a importância e as funções de uma estrutura de gerenciamento. [valor: 6,00 pontos]
- Identifique os grupos de processos de gerenciamento de projetos. [valor: 6,00 pontos]
- Apresente uma descrição sumária da metodologia proposta. [valor: 7,00 pontos]

QUESTÃO 2 - P4

José, auditor-fiscal do trabalho, durante operação fiscalizatória em uma fazenda produtora de milho, entabulou conversa com um jovem trabalhador que colhia milho juntamente com outras pessoas, todos trajando bermudas e calçando chinelos, sob forte sol. Pela explanação do jovem, José constatou que o rapaz tinha dezessete anos

[CONHEÇA O DIREITO DO TRABALHO ESQUEMATIZADO:](http://www.ricardoresende.com.br)
www.ricardoresende.com.br/livro



de idade e trabalhava na fazenda desde os quinze anos de idade. Ficou sabendo também que o proprietário da fazenda exigia que todos os trabalhadores dormissem no local de trabalho, em um único alojamento, cimentado, com capacidade para um grupo de sessenta pessoas, com colchão, porém sem camas, e, durante o dia, o espaço interno do alojamento, equipado com dois fogões a lenha, era aproveitado para o preparo dos alimentos e para refeitório. O fiscal verificou, ainda, que havia na fazenda um grupo de aproximadamente sessenta e cinco pessoas, com idades entre dezesseis e quarenta anos, homens e mulheres que trabalhavam em total condição de igualdade, sem carteira de trabalho ou qualquer outro documento comprobatório de relação de trabalho e sem qualquer exame médico; que a jornada de trabalho diária era cumprida das 5h às 18h, com, aproximadamente, uma hora para almoço; que os trabalhadores adquiriam, com recursos próprios, os alimentos e roupas que consumiam no trabalho, à escolha deles; e que, ao final de cada mês, cada trabalhador recebia R\$ 20,00 por dia trabalhado.

Com base na situação hipotética apresentada e à luz da legislação trabalhista brasileira, discorra, de forma fundamentada, sobre as irregularidades trabalhistas evidenciadas [valor: 8,00 pontos], propondo soluções para os problemas identificados [valor: 8,00 pontos] e especificando a forma de intervenção do auditor-fiscal do trabalhoso caso [valor: 3,00 pontos].

QUESTÃO 3 - P4

Antônio trabalhou, por trinta anos, como mecânico de aeronaves em uma empresa de manutenção e reparação de aeronaves com vinte e um funcionários, localizada em hangar do Aeroporto Internacional de Brasília. Antônio cumpria jornada de trabalho diária de oito horas, sendo submetido diariamente, por cerca de 30 minutos, a um nível de ruído contínuo/intermitente de 130 dB(A), ou seja, acima dos limites de tolerância admitidos. Em seu exame demissional, foi detectada perda auditiva bilateral. O empregador ficou surpreso ao saber do problema de saúde de Antônio, pois, nos relatórios da comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) sobre as verificações dos ambientes e condições de trabalho na empresa, não foram apontadas situações de risco para a segurança e a saúde dos empregados. Segundo informações dos demais empregados, Antônio, havia anos, utilizava o equipamento de proteção individual (EPI) destinado à proteção auditiva em um dos ouvidos apenas, o esquerdo,

[CONHEÇA O DIREITO DO TRABALHO ESQUEMATIZADO:](http://www.ricardoresende.com.br/livro)

www.ricardoresende.com.br/livro



e, ao ser questionado pelos colegas, sempre afirmava que o EPI estava danificado e ele havia solicitado a substituição por anos, sem ser atendido, e que não podia perder o emprego, por isso preferia trabalhar daquela forma, fato, posteriormente, confirmado e comprovado por Antônio.

Com base nessa situação hipotética, discorra sobre os procedimentos de proteção à segurança e à saúde do trabalhador, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- posicionamento da Organização Internacional do Trabalho quanto à proteção do trabalhador contra ruídos e vibrações (Convenção n.º 148 — Proteção dos trabalhadores contra os riscos profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído, às vibrações no local de trabalho); [valor: 5,00 pontos]
- atuação da CIPA na situação apresentada; [valor: 7,00 pontos]
- responsabilidades do empregador e do empregado no que se refere ao fornecimento, manutenção e uso do EPI. [valor: 7,00 pontos]

PARECER TÉCNICO - P4

Na ata da primeira reunião de uma comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) recentemente empossada em uma construtora de médio porte, foram registrados os seguintes fatos: (1) Os programas de condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção civil referentes aos três canteiros de obras da construtora eram exatamente iguais, tendo sido o primeiro assinado por engenheiro de segurança do trabalho e os outros dois, por técnico de segurança do trabalho, apesar de a destinação e a fase das obras serem bem distintas. (2) Recentemente, a empresa contratou mulheres como serventes de obra, tendo várias delas reclamado do excesso de peso que tinham de carregar, e uma, que sofria de lombalgia, apresentou atestados médicos relacionados a problemas na coluna, tendo sido o primeiro deles de três dias, após os quais a mulher retornou ao trabalho; após dez dias de trabalho, a mesma servente apresentou novo atestado, de quatorze dias, após os quais retornou ao trabalho, para não ser encaminhada ao INSS, embora ainda sentisse dores, segundo ela. (3) Estando os canteiros de obras situados em uma mesma quadra, os médicos do

[CONHEÇA O DIREITO DO TRABALHO ESQUEMATIZADO:](#)

www.ricardoresende.com.br/livro



trabalho atendem os empregados em exames periódicos somente em um dos canteiros; o atestado de saúde ocupacional (ASO) é emitido apenas com base no exame físico, sendo utilizados, para todas as funções, os termos “apto” ou “inapto”. (4) Em episódio recente, um pedreiro que rebocava a parede externa no décimo andar sentiu-se mal e somente não caiu do andaime porque estava preso ao cinto de segurança; ao verificar o ASO relativo ao pedreiro, a CIPA observou o registro da expressão "apto para a função". (5) Em outro episódio, um motorista da empresa levava uma encomenda de cimento no caminhão da firma quando sofreu acidente grave, não tendo sido emitida a respectiva comunicação de acidente do trabalho (CAT), sob a alegação de ele estar fora do canteiro de obras; entretanto, os membros da CIPA concluíram que a própria comissão deveria emitir a CAT, com registro de acidente de trajeto.

O presidente da referida CIPA, por ocasião da inspeção de um auditor-fiscal do trabalho nos canteiros de obras da construtora, solicitou-lhe a emissão de parecer técnico acerca do conteúdo da ata da reunião da CIPA, pois supunha que o curso de formação para os membros da CIPA não teria sido adequado e tinha dúvidas em relação a possíveis irregularidades citadas na ata. O gerente da obra opôs-se ao oferecimento de vista da ata ao auditor-fiscal, alegando a existência de aspectos confidenciais na referida ata.

Redija, na condição de auditor-fiscal do trabalho, o parecer técnico mencionado no último parágrafo da situação hipotética apresentada, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- possíveis irregularidades referentes à segurança e à saúde do trabalhador e à previdência social descritas na ata; [valor: 10,00 pontos]
- providências a serem adotadas para a adequação da construtora às condições de segurança do trabalho; [valor: 10,00 pontos]
- consequências para a segurança do trabalho na construção civil da crescente contratação de mulheres neste setor econômico; [valor: 10,00 pontos]
- orientações à CIPA, com base na legislação específica, no que diz respeito à capacitação de seus integrantes e ao acesso do auditor-fiscal do trabalho às atas das reuniões dessa comissão. [valor: 8,00 pontos]

CONHEÇA O DIREITO DO TRABALHO ESQUEMATIZADO:

www.ricardoresende.com.br/livro

